

Ata N.º	21/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 21/2015 DE 06 DE NOVEMBRO**

----- Aos **seis** dias do mês de **novembro** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima primeira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Calos Dias Mota e Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Aprovação de candidatura ao QREN - Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, no âmbito ao Programa Operacional (PO) Mais Centro/FEDER, em overbooking.** -----

----- O Sr. Presidente informou que recentemente foi aprovada a candidatura da obra de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva - 1ª Fase” ao FEDER/Mais Centro, ainda no âmbito do QREN (Código de Operação/Projeto QREN: CENTRO-09-MT50-FEDER-014008), traduzindo-se numa comparticipação, já recebida, no valor total de € 544.908,93 (quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e oito euros e noventa e três cêntimos), correspondendo € 347.894,16 à empreitada de “Requalificação da Ex-EN 323 Vila Nova de Paiva-Alhais” e € 197.014,77 à empreitada de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva - 1ª Fase – Troço: Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”. -----

----- **b) Prazo médio de pagamentos (PMP) do Município.** -----

----- O Sr. Presidente informou que o prazo médio de pagamento do Município por reporte a 30 de junho do ano em curso é de 38 (trinta e oito) dias. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 30 de outubro de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) 13.<sup>a</sup> Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 14.<sup>a</sup> Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2015**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 23 de outubro de 2015, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento e recebeu exemplares.-----

----- **b) IV Concurso – Natal nas Rotundas** – Informação N.º 34/ST/CF/15, de 13 de outubro, da Unidade Social e Cultural (USC) – Atribuição de prémios monetários. -

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de prémios monetários no âmbito do concurso em epígrafe, sendo de cento e cinquenta euros para o primeiro prémio, cem euros para o segundo e cinquenta euros para o terceiro.-----

----- **c) Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva** – Proposta de aprovação, em definitivo, do Projeto de Regulamento.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 3 de novembro do ano em curso, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) Por deliberação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na reunião ordinária que teve lugar no passado dia 7 de agosto de 2015, foi aprovado o Projeto do Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva, e submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, nos termos previstos no art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do CPA.*

*b) O Projeto do Regulamento foi publicado pelo Edital n.º 813/2015 na 2.<sup>a</sup> Série do Diário da República n.º 169, de 31 de agosto de 2015, e apostado no sítio da Internet do Município, tendo o prazo da consulta pública decorrido até ao passado*

Ata N.º	21/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

*dia 30 de setembro de 2015, constatando-se não terem sido apresentadas quaisquer sugestões.*

*Nessa conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar, em proposta, o Projeto do Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva, constante em Anexo, para submissão à apreciação e aprovação definitiva pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, para posterior publicação na 2.ª Série do Diário da República, conforme art.º 139.º do CPA.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar em definitivo o Projeto do Regulamento, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **d) 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010** – Proposta de aprovação, em definitivo, do Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas (Taxas de utilização das instalações das Piscinas Municipais).-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 3 de novembro do ano em curso, do seguinte teor integral:-----

*“Considerando que:*

*a) Por deliberação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na reunião ordinária que teve lugar no passado dia 7 de agosto de 2015, foi aprovado o Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, e respetiva fundamentação económico-financeira das taxas referente às taxas de utilização das instalações das piscinas municipais, e submetidos a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, nos termos previstos no art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do CPA.*

*b) O Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas, e fundamentação económico-financeira, foram publicados pelo Edital n.º 814/2015 na 2.ª Série do Diário da República n.º 169, de 31 de agosto de 2015, e apostados no sítio da Internet do Município, tendo o prazo da consulta pública decorrido até ao passado dia 30 de setembro de 2015, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões.*

*Nessa conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar, em proposta, o Projeto do Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva, constante em Anexo, para submissão à apreciação e aprovação definitiva pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, para posterior publicação na 2.ª Série do Diário da República, conforme art.º 139.º do CPA.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar em definitivo o Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- **e) Medidas excecionais de estímulo ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, e ao desenvolvimento das atividades económicas** – Proposta de redução e desagravamento das taxas urbanísticas para o ano de 2016. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 3 de novembro do ano em curso, do seguinte teor integral:-----

*“Considerando que:*

*a) A Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em sessão ordinária que teve lugar no dia 15 de dezembro de 2014, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 21 de novembro de 2014, deliberou aprovar medidas excecionais de estímulo ao desenvolvimento das atividades económicas, ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, para vigorarem no ano de 2015, que se traduziu na redução, para metade, do valor das taxas urbanísticas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, alterado pelo Edital n.º 427/2011 publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 89, de 9 de maio de 2011, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, e na redução para 10% do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º do mesmo Regulamento.*

*b) Aquelas medidas entraram em vigor em 1 de janeiro de 2015, sendo publicitadas através do Edital n.º 62/2015 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 14, de 21 de janeiro de 2015.*

*c) Em 31 de dezembro de 2015 caducam aquelas medidas excecionais, que até à presente data se traduziram numa poupança para os agentes económicos no âmbito das taxas urbanísticas no montante aproximado de dezoito mil e quinhentos euros.*

Ata N.º	21/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

*d) Importa ainda no contexto da atual conjuntura socioeconómica, e ao nível da economia local, equacionar a renovação de tais medidas excecionais, por forma a continuar a dar algum estímulo ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, bem como ao desenvolvimento das atividades económicas.*

*e) A Assembleia Municipal é o órgão com competência regulamentar para a criação de taxas municipais, bem como para a fixação dos respetivos quantitativos, como estipula o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, conjugado com alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º do atual regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, competindo à Câmara Municipal a elaboração e submissão das mesma à aprovação daquele órgão deliberativo como estabelece a alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do mesmo regime.*

*Nesta conformidade, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta, para submissão à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º da mesma lei, nos termos que se seguem:*

*1.º) Autorizar a redução para dez por cento, do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do art.º 31.º do Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a aplicar nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2016, e durante todo este ano.*

*2.º) Autorizar a redução para metade do valor das taxas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, a aplicar nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2016, e durante todo este ano.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **f) Autorização prévia genérica de assunção de compromissos plurianuais no âmbito da LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso) –** Proposta de autorização prévia genérica para o ano de 2016.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 3 de novembro de 2015, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) De acordo com o disposto no n.º 1, conjugado com o n.º 6, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Público (CCP), a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargos plurianuais, isto é, a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:*

*i) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, como é o caso das Grandes Opções do Plano (GOP) nos Municípios; ou*

*ii) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (20.000 contos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

*b) Acontece, porém, que a alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, doravante designada de LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita aos municípios, a autorização prévia da Assembleia Municipal.*

*c) Por sua vez, o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, que regulamenta a citada LCPA, vem dispor, no que diz respeito aos municípios, que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP), excetuando-se os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa.*

*d) Como por força do art.º 13.º da LCPA, o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da mesma LCPA, prevalece sobre o referido n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para o ano de 2016 há necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no n.º 1 daquele art.º 22.º.*

Ata N.º	21/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

*Assim, face ao exposto, e por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do setor público administrativo, sendo um procedimento já adotado neste Município nos exercícios transatos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem:*

*1.º – Para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, que seja dada autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:*

*a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor; ou*

*b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

*2.º – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá ter lugar quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e respetiva regulamentação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.*

*3.º – A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, dentro dos limites legais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 que antecede, até ao montante permitido por lei no âmbito do regime de contratação pública.*

*4.º – O regime de autorização prévia ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2 que antecedem a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.*

*5.º – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser apresentada pelo Presidente da Câmara informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.*

*6.º – A presente deliberação deverá ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”*

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

e por mim que a secretariei. -----

[illegible]



Reunião ordinária de 06 de novembro de 2015

Ata N.º <b>21/2015</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>37</b>	

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There is a solid vertical line on the left side, creating a margin. The paper appears to be from a notebook or a standard ruled document.